

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
51ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1999.**

Às dez horas do dia 29 de junho de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Pedro Simon e com a presença dos Senhores Senadores, Gerson Camata, Geraldo Cândido, Djalma Bessa, Amir Lando e Emília Fernandes, reúne-se a Subcomissão de Rádio e TV. Deixam de comparecer, por motivo justificado, o Senhores Senadores, Artur da Távola, Álvaro Dias e Romeu Tuma. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se a apresentação do Plano de Trabalho da Subcomissão para o 2.º semestre, a iniciar-se em agosto próximo. Depois de debatido pelos Senhores Senadores o Plano de Trabalho é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e quarenta e nove minutos determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

SENADOR PEDRO SIMON
PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E T.V.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Dando início a esta reunião, quero agradecer, do fundo do coração, a presença dos prezados Colegas aqui, que me emociona, porque é uma loucura o dia de hoje. Vamos ter plenário agora às 10 horas, mais a CPI, mais o Congresso para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. É uma loucura, e vocês tiveram a grandeza de virem aqui. Estou emocionado.

Sobre esta Comissão, meus irmãos, sinceramente, do fundo do coração: em primeiro lugar, alguns talvez não me conheçam, sou de trabalhar em equipe; não sou de trabalhar na Presidência de Comissão para aparecer, fazer isso ou aquilo; não é o meu gênero; sou de trabalhar em conjunto; vamos fazer um trabalho nós todos, em que todos tenham condições de avançar e desenvolver.

Sou um fanático por esta questão, porque penso que no Brasil de hoje não há problema mais importante que este - desculpe-me. Há o problema da fome, da miséria, da educação, da saúde, da família, mas, neste País, quem faz a cabeça de todo mundo é a televisão. Que adianta eu explicar para os meus filhos, pegar o meu Pedrinho e dizer para ele: o negócio é assim? Ele está com aqueles bichos, que é uma maluquice, os dinossauros, e é aquilo só; não adianta,

porque todo mundo é aquilo. A lavagem cerebral é o paraíso dos dinossauros. Antes disso, quando ele tinha dois anos e meio, era o Rei Leão. Isso é uma lavagem cerebral.

Em primeiro lugar, penso que é um absurdo discutirmos aqui no Congresso a família - é positivo debatermos um código de família -, a educação, que é fundamental, as religiões, mas não darmos bola para o problema da comunicação. Tanto que a coisa mais fantástica que vi na vida foi o que está em nossa Constituição. Duvido que haja no mundo outra Constituição que diga que, para conceder rádio e televisão - está na Constituição -, são necessários 2/5. A Constituição assegura que a minoria pode decidir para quem vai a rádio e a televisão. Colocaram na Constituição, é uma coisa fantástica! A minoria está na Constituição. Está na Constituição que a CPI pode ser feita por 2/5, porque CPI, no mundo inteiro, é um direito das minorias. Já está consagrado que é um direito das minorias criar uma CPI. Agora, na nossa Constituição, está consagrado que é um direito das minorias conceder e prorrogar rádio e televisão. Só estou citando isso para mostrar o descaso que o Congresso teve com relação às comunicações, a despreocupação que sempre teve com relação a isso.

Penso que esta Comissão pode fazer um trabalho fantástico. Em primeiro lugar, vamos fazer um trabalho que, com toda a sinceridade, não é um trabalho. Não que nós queiramos modernizar a televisão, porque há muito sexo, muito crime; não é por esse caminho. Vamos analisar a televisão, os meios de comunicação.

Outra coisa é importante. Aliás, aconselho os amigos a lerem dois artigos do Veríssimo, em que ele falou sobre o novo **apartheid**. Ele mostra que, com a televisão a cabo - eu não tinha me dado conta disso-, vamos ter dois tipos de cidadão: os que têm televisão a cabo, que vão ver filmes e programas especiais, podem ver 200 canais do mundo inteiro, e o "povinho", que vai ver o Programa do Ratinho e não tem opção, porque são aqueles seis programas. É interessante analisarmos isso. Até nisso vai haver uma diferenciação.

Nos Estados Unidos e na Europa não há problema, porque a televisão a cabo chega à classe média, que juntamente com a classe rica constitui 85% da população daqueles países. Pobre é uma minoria. Aqui no Brasil isso não acontece, porque 90% não vão ter acesso à TV a cabo. Então, essa minoria, que é a classe média e a classe alta, vai se distanciar ainda mais dos outros. Essas crianças vão poder assistir a coisas diferentes que as outras não têm condições de assistir; estas vão ter de ficar na programação da **Globo**, do Ratinho. Isso é o que vamos ter que fazer: vamos discutir, debater, analisar entre nós. Vamos trazer as pessoas mais especializadas, competentes. O César Mesquita está fazendo um belo trabalho. Essa televisão é uma experiência muito interessante. Quando preparamos essa Comissão, fizemos foi sigilo absoluto, porque não havia ainda a televisão. Fizemos uma reunião durante dois anos, debatemos, chamamos pessoas importantes, publicamos um livro. Não saiu uma página, não saiu uma nota em jornal nenhum. Agora é diferente. Estamos sentindo que a TV Senado mudou. Deveríamos, inclusive, convidar o César Mesquita para integrar o debate, a discussão, as propostas, os seminários que podemos fazer em conjunto com o Senado. É importante também fazer um intercâmbio nosso com a Universidade de Brasília, com a Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

Esse serviço - que considero um espetáculo - da TV Senado de consulta por telefone é feito por estagiários da Faculdade de Comunicação, que ganham 300 pilas por mês. Trata-se de um belíssimo trabalho. Podemos também convidar o diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, para conversar, debater conosco e com os alunos. Deveríamos trazer uma equipe para ficar conosco, nos ajudando no trabalho, e eles aprendendo. Se for o caso, se o Mesquita e a Casa permitirem, três estagiários desses poderiam fazer o serviço com a gente. Então, devemos fazer logo uma reunião com o Mesquita.

Se vocês concordassem, pediria à nossa secretária para fazer um ofício para o Mesquita e para a Universidade, para já ir explicando isso, para, em agosto, quando voltarmos do recesso, essas coisas já estarem andando, para não chegarmos em agosto e pedir. Assim, em agosto, ele já saberiam o que queremos.

Na página final, há o que a secretária levantou, o que está em debate hoje. Está no Congresso um projeto de abertura do capital de empresas jornalísticas e de radiodifusão à participação estrangeira - proposta de modificação do art. 222 da Constituição Federal. É o projeto que está em andamento. São matérias que nos interessam, que estão sendo discutidas. Outro assunto em discussão é a abertura das tevês educativas à publicidade comercial. Esses são os assuntos que estão em debate, que estão tramitando pela Casa. Discute-se também as questões relativas à TV Cultura de São Paulo e a um órgão regulador único para

telecomunicações e radiodifusão ou modelo atual com as duas instâncias, Anatel e o Ministério das Comunicações. São discussões que estão acontecendo: criança, família e televisão ou sociedade e televisão. Outra matéria refere-se ao controle social da radiodifusão – programação, auto-regulamentação, liberdade de escolha. Como será essa questão? Todos são contra a volta censura. Pelo amor de Deus, espero que não passe pela cabeça de ninguém. Essa é uma discussão que vamos ter com a sociedade. Tevês digital, o que está em jogo? Limites de interferência do Estado nas concessionárias, participação do Legislativo no processo de outorga para rádio e televisão, ampliação ou redução. Rádios comunitários. Essa é mais ou menos a síntese.

Devemos ir para casa agora e nos prepararmos com a nossa gente, com a nossa assessoria, para, em agosto, ver o que vamos fazer. Essa é uma proposta de idéia, para não perdermos o mês de julho. Se não fizéssemos essa reunião hoje, teríamos de fazê-la em agosto. Levaríamos um tempão para falar com a Universidade, um tempão para preparar a nossa assessoria, a nossa equipe. Cada um de nós vai voltar craque, preparado em agosto, conhecendo o assunto, com as equipes. A nossa assessoria já estará falando com a Universidade e com o Mesquita.

Esse é o sentido desta reunião.

A SRª EMILIA FERNANDES - Peço a palavra, até porque tenho de presidir a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, pois está havendo choque de horário.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Mesmo que não tivesse, daria primeiro a palavra a V. Exª. E não daria nenhuma satisfação ao Senador Gerson Camata.

A SRª EMILIA FERNANDES - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento V. Exª pela preocupação constante com este tema, que, sem dúvida, preocupa a todos, e que, hoje, está hoje na pauta dos novos tempos e do avanço dos meios de comunicação como algo essencial na vida das pessoas. Fazendo bem ou mal, não sei até que ponto, aprofundaremos essa discussão durante o nosso trabalho.

Hoje, sem dúvida, o poder dos meios de comunicação é inquestionável. Chega as nossas casas e aos nossos lares, sem pedir licença, levando as suas mensagens, muitas que, particularmente, questionaria. Por outro lado, cada vez mais, temos que manter e defender a liberdade de imprensa, porque, a partir daí, fortalecemos os espaços democráticos da contradição e da multiplicação de idéias.

Cumprimento V. Exª, ao mesmo tempo em que aproveito a oportunidade para cumprimentar também a assessoria qualificada que teremos nesta subcomissão, por meio do trabalho da Srª Ana Luísa, que particularmente conheço. Parece-me que o roteiro aqui apresentado se encaminha muito bem. Temos que partir de uma ampla divulgação da existência da subcomissão, isso é fundamental; e os meios de comunicação do Senado terão um papel de peso nesse trabalho, dando a sua contribuição. Teremos de provocar a sociedade a nos dizer o que a está preocupando, o que devemos discutir, enquanto representantes da sociedade.

O trabalho apresentado está muito bom. Mas com o que também devemos nos preocupar? Com a questão da nova Lei de Comunicação de Massa que está sendo elaborada pelo Poder Executivo. Temos a obrigação de participar, diretamente, não apenas depois que essa lei venha ao Congresso, mas até mesmo antes, com contribuições significativas.

Nesse sentido, Sr. Presidente, lembro que a Comissão de Educação - esta é uma subcomissão da Comissão de Educação - aprovou um requerimento de nossa autoria, que convoca os Ministros da Educação e das Comunicações para discutir, por exemplo, a questão das TV's Educativas. O Ministro da Educação, inclusive, já veio à Comissão.

Também quero chamar a atenção e pedir que seja colocada, com importância, na pauta desta subcomissão, a vinda do Ministro das Comunicações à Comissão de Educação, para talvez realizarmos uma reunião conjunta com a subcomissão, tendo em vista que todos fazemos parte da Comissão de Educação.

Preocupou-me muito as declarações do Ministro da Educação, quando veio ao Senado. Em primeiro lugar, S. Exª disse que uma recente portaria, que ampliou os conceitos em relação à definição dos programas educativos e culturais, também consolidou o alijamento do Ministério da Educação no que diz respeito à outorga e fiscalização dos canais educativos.

Se o Ministério da Educação não participa disso, é sinal de que não prioriza; não há um valor; não há um interesse. Isso nos preocupa. Por outro lado, S. Exª afirmou que, quanto à Lei

de Comunicação de Massa, que está sendo elaborada, o Ministério tem participado no que se refere às TV's Educativas.

Resumindo, quero que isso também seja incluído nesta pauta, que foi muito bem elaborada. Poderemos acrescentar outros assuntos, podendo, durante esse período que vamos parar, pensar um pouco melhor a respeito não só da abertura das TV's Educativas à publicidade comercial, mas também que possamos, a partir desta subcomissão, construir, quem sabe, uma proposta geral sobre as TV's Educativas, enviando-a ao Ministério das Comunicações. O Ministro poderia vir aqui, para discutir conosco essa proposta, e, inclusive, a questão da publicidade comercial ou não...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - V. Exª já falou, e ainda se fala muito, que não há uma cadeia nacional de TV Educativa. Em vez da TV do Rio brigar com a de São Paulo, acertaram em fazer uma rede.

A SRª EMILIA FERNANDES - Está havendo uma confusão. O Ministro está entendendo que TV Educativa é o que o Ministério tem, e TV cultural é outro assunto. Temos de saber o que o País quer. Acredito que as duas coisas são importantes, mas uma não pode anular a outra.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Acreditam que, como há o Ministério da Cultura que nada tem a ver com a cultura?

A SRª EMILIA FERNANDES - Exato. Temos que discutir isso. A minha proposta é a de darmos encaminhamento, a partir do que está posto aqui.

Em relação às rádios comunitárias, temos uma preocupação muito grande também, porque se estabeleceu uma nova lei, mas hoje o que se tem visto é o fechamento de rádios e uma agressão constante, e não a melhoria do serviço e a valorização dessas rádios, que são importantes na vida das comunidades.

Então, cumprimento V. Exª e coloco-me totalmente à disposição para trabalharmos conjuntamente essa questão, porque acredito que, assim como nós, a sociedade brasileira hoje está também questionando: as rádios e as TVs estão dando a contribuição necessária para o fortalecimento de valores, de conceitos positivos e, principalmente, para o enriquecimento do conhecimento e da cultura da nossa gente, valorizando o potencial de regiões, enfim, do nosso País, que é rico em todos os sentidos?

Peço uma atenção especial desta Comissão. Se sairmos com uma proposta pesada em relação às comunicações, a lei de comunicação de massa já será, sem dúvida, uma grande contribuição à sociedade brasileira. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Penso que, feita a proposta, em primeiro lugar, vamos comunicar ao Presidente da Comissão de Educação que nós — penso que todos os Senadores presentes são membros da Comissão de Educação — vamos fazer questão de participar como membro da subcomissão. Talvez façamos, depois, algumas perguntas a mais ao Pimenta. Penso que é importante. E, mais adiante, vamos convidar o Ministro da Educação, Paulo Renato, para vir à subcomissão. Essas duas primeiras questões são importantes.

O Senador Gerson Camata — já o felicitei ontem, mas felicito-o de novo — faz, hoje, 39 anos de idade. É um jovem com 39 anos, na flor da idade. Meus cumprimentos e minhas felicitações.

O SR. GERSON CAMATA - Muito obrigado. Eu não comemoro, porque sapo e gato também nascem, tudo nasce.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Comissão está sendo instalada em uma hora bem oportuna, foi uma iniciativa muito louvável do Senador Pedro Simon. Agora, temos que partir de duas coisas que considero fundamentais. Primeiro, a televisão brasileira, com todos os seus problemas, é a melhor do mundo; pode ser a segunda, mas é uma das melhores do mundo. Ela vende programas para os países desenvolvidos. E tenho vários exemplos disso.

Uma parte da minha família vive na Itália. Na primeira vez em que fui encontrá-los — meu avô veio de lá, em 1890 —, eles não sabiam nada do Brasil; falavam que a Capital era Buenos Aires, perguntavam em que lugar da América estava. Incrível! Descobri que o europeu é meio burro, não estuda. Entrou, então, uma novela que a **Globo** colocou na TV estatal da Itália. Voltei dois anos depois, e eles sabiam tudo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Se o europeu é burro, ainda não viu o americano. Ele não sabe sobre nós nem sobre a Europa.

O SR. GERSON CAMATA - Eles sabiam tudo do Brasil, por causa da novela da **Globo**. Isso deu força ao Brasil. Atrás disso, vai o produto brasileiro. É boa a televisão brasileira. Recordo-me de que, em 1975, quando cheguei à Câmara, Humberto Lucena era o Presidente da Comissão de Comunicação da Câmara, e Freitas Nobre era Deputado do PMDB de São Paulo, grande parlamentar ligado à comunicação. Naquela época, qual foi a luta da comissão? Foram os enlatados. As televisões brasileiras, dia e noite, passavam filme americano, e a comissão começou uma briga: programação local. Hoje em dia, há excesso de programação local. Há um filme enlatado por noite; não é enlatado, mas videotape. Ela evoluiu, melhorou.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Mas a local que V. Ex^a está dizendo é a brasileira?

O SR. GERSON CAMATA - É a programação brasileira. A local não existe lá. Hoje, ela sufoca o aparecimento de novas estrelas na música, na arte, porque só há uma vitrine para passar: Rio/São Paulo. Se não passou lá, não adianta: não há chance de aparecer nenhum autor ou atriz, que não passa.

Outra desvantagem é que acabaram com as manifestações locais de cultura. Antigamente, andávamos pelo interior do Espírito Santo e víamos que uma mocinha ou um rapaz vestiam-se diferentemente dos jovens de Vitória. Até ouvíamos: "Aquele rapaz é meio caipira." Agora, está tudo igual, até o sotaque ficou global. Isso acabou e não sei se é bom.

Bem, baseados nisso, temos que pensar em duas coisas interessantes. Em relação a essas concessões de TV, fiz um projeto aqui que foi considerado inconstitucional, em que estabelecia que a rádio comunitária não tinha que ser concessão Federal, mas do município. O vereador discute na Câmara a concessão de uma rádio que pode atingir um quilômetro para lá e outro para cá. Para quê? O prefeito assina; o vereador aprova ou desaprova.

Houve uma enorme evolução da tecnologia que a lei não acompanhou. Hoje em dia, um aluno de escola técnica, munido de um vídeo cassete, uma TV e uma camerazinha - que ele compra em uma ótica, no Conjunto Nacional, por exemplo - e coloca no ar uma estação de televisão. Rádio, então, basta uma caixinha, com duas válvulas, um, dois transistores e coloca uma estação de rádio no ar. Isso mudou em cinco, seis anos. Portanto, temos agora que acompanhar isso.

Há um assunto importante: a defesa do telespectador. O projeto do Deputado Cunha Bueno, que já está aqui no Senado, defende o telespectador da invasão. Por meio do **chip**, ele pode tirar do ar, utilizando um programa, determinados programas de televisão, determinadas emissoras para que, quando saia de casa, os filhos não vejam o programa. O **chip** é uma defesa. Creio que é interessante relacionar esse recurso, cabe em qualquer item desses aqui.

Outro ponto interessante é o pedido ao Ministério para que comece a abrir mais concessões. Nas comunidades do interior, todos querem ter uma rádio comunitária para falar do assunto local, para dar notícia da pessoa que morreu, do outro ali que ganhou na loteria, do outro que ficou doente, do prefeito que vai inaugurar a ponte. Não existe rádio mais em lugar nenhum. As cidades estão crescendo, evoluindo, querem discutir o problema local e não têm meios. Então, deviam abrir-se as concessões, porque, com isso, abrem-se muitos empregos, para o rapaz, para a fábrica de equipamento, emprego para a fábrica

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Concessões a rádios locais.

O SR. PAULO RENATO - Locais, FM, que é barata, montes de rádios, para não ficar prendendo, com burocracia. Deviam dar a concessão. Há dez pedindo, dez emissoras; elas vão se virar para lá, vão disputar umas com as outras. Isso é muito bom. Está na hora de criar emprego - e não ficar o Ministério nessa situação de apertar - e passar a concessão de rádio comunitária para o município. Não existe esse negócio de dar uma radiozinha em caixinha de fósforo.

O Presidente falou certo. Há vários projetos nesse sentido, mas legislador não é programador de estação de televisão nem de rádio. É preciso tirar isso da cabeça, porque não podemos partir do princípio de que o telespectador é um néscio. Ele é sabido, é um ditador; ele tem na mão o controle, tira a estação do ar, coloca outra, puxa outra, desliga a televisão. Temos apenas que defendê-lo contra determinado tipo de programação que quer baixar o nível intelectual dele. Agora, ele não é um néscio; é só instruí-lo, dar oportunidade, que ele escolhe o que for melhor para o seu nível intelectual.

O SR. GERSON CAMATA - Muito obrigado.

O SR. AMIR LANDO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta primeira reunião da Subcomissão é rica por apresentar uma série de propostas, idéias fundamentais ao interesse do público brasileiro. Afora a parte inicial, eu queria me situar em temas propostos.

É importantíssimo discutir a abertura do capital das empresas jornalísticas de radiodifusão a participações estrangeiras, que é a proposta de modificação do art. 222 da Constituição Federal.

Hoje, o mundo moderno, Sr. Presidente, exerce as suas hegemonias através dos meios de comunicação. As bombas da OTAN foram o último remédio e talvez o primeiro, porque não conseguiram entrar num país e dominar os meios de comunicação. Se os tivessem dominado, talvez tivessem modificado, inclusive, a estrutura de poder, naquilo que era a Iugoslávia e as subdivisões que aconteceram naquele país.

O que as bombas atingiam em primeiro lugar? Sempre as torres de televisão. Num primeiro momento, exatamente para propor outra mensagem, outra informação àqueles povos. Por que digo isso? Porque realmente hoje é a guerra da mídia, a guerra da comunicação. Hoje, o mais importante para qualquer país que pretende dominar o outro é entrar nesses meios. E essa abertura pode trazer conseqüências danosas para o país ou talvez até benéficas. Teremos que discutir isso.

Eu, evidentemente, tenho uma visão contrária, porque, na medida em que entregarmos os meios de comunicação a mais do que já está explícito mediante o patrocínio dos programas, porque sabemos, sobretudo, que todos os meios de comunicação vivem exclusivamente de recursos financeiros e que os donos das emissoras têm os seus patrocinadores, que comandam, em grandes linhas, os programas.

Por isso, digo que esse ponto merece uma reflexão muito profunda e exaustiva de parte do parlamento brasileiro e de parte da Nação. Aqui está hoje o núcleo da soberania. Se quisermos sobreviver como soberania, como país independente, é muito importante pensarmos em como conduzir os meios de comunicação. Tenho uma visão e me preocupo muito com esse tema.

Todas as propostas são relevantes, mas daria essa prioridade para que o país decidisse o que quer. Se quer realmente abrir esses meios, que é objeto da gula internacional – uso essa expressão, exatamente porque o desejo de dominação é ter esses meios de comunicação, fazer a cabeça dos brasileiros. Então, hoje já há essa abertura mediante, evidentemente, o patrocínio, ou seja, do capital financeiro e quaisquer recursos e interesses que patrocinam os programas. Então, isso já é um ponto de interferência muito forte não só dos grupos econômicos nacionais, mas sobretudo internacionais.

Quanto a essa abertura das TVs educativas, da publicidade, parece-me que não é um tema, porque até concordo que, no momento, temos que nos preservar dessa contaminação comercial, que vai fazer cair o nível desses programas, sobretudo, o nível da programação – quero dizer – dessas TVs educativas.

Tenho uma visão diferente, a de quem financia, domina o curso. E hoje as televisões mais independentes que temos são – por incrível que pareça – as TVs educativas.

(intervenção fora do microfone.)

Mas eu vejo como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - A TV do Rio Grande do Sul, a segunda rede de comunicação, era proibido falar no Governo. Eu não coloquei os pés, se era um programa de debate. A TV ficou magoada comigo, porque, como Governador, não coloquei meus pés lá. Fui entrar quando o Collares era governador.

O SR. AMIR LANDO - Evidentemente, o Senador Camata levanta uma questão. Vejo, hoje, na programação à que tenho oportunidade de assistir, por exemplo, o seguinte: a rádio e a televisão francesa são das mais independentes e são oficiais. A RAI também segue na mesma linha. Realmente são os melhores programas. Evidentemente, como técnica, mas tem essa independência, mostra essa realidade. Por incrível que pareça, essas TVs que têm o nascimento no seio do Estado, ou seja, que têm a chancela oficial, são as que têm maior independência. Tenho ouvido inclusive no Brasil comentários de alguns grandes pensadores que passam, por exemplo, pela **TV Cultura**, pela **TV Educativa**, órgãos que formam um grande núcleo - têm elogiado essa independência. É um ponto. Evidentemente, é uma idéia. Não quero ser o dono da verdade, podemos debater. Mas não é prioridade nesse momento, devemos deixar as coisas como estão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Registramos esses índices para que, em julho, cada um pense sobre o assunto, para discutirmos em agosto.

O SR. AMIR LANDO - Aproveitei para manifestar...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Quero apenas dizer que não é uma urgência.

O SR. AMIR LANDO - Sim, essa prioridade não é a preferencial; apenas uma enumeração exemplificativa. Entendi bem.

A TV digital é uma questão que precisa ser decifrada, que merece análise, porque está entrando no sistema e, de repente, não terá nenhum controle. E é importante o controle social da rádio difusão. Esses pontos merecem prioridade junto à abertura do capital, porque temos de estabelecer os limites de interferência do Estado, que têm muito a ver com o controle social.

Eu poderia ratificar, com minha pobreza de argumentos, todos aqueles expendidos pelo nobre Senador Gérson Camata, que expôs, com muita qualificação, tema sobre as rádios e TVs comunitárias. Essa é um questão que merece realce, porque daremos oportunidade às manifestações culturais locais, muitas vezes de comunidades diminutas, que precisam de um organismo próprio, a começar pela utilidade pública. Na Amazônia, por exemplo, devido à falta de outros meios de comunicação e ao acesso difícil, é comum as pessoas utilizarem as rádios para darem recado a alguém para que vá com o cavalo esperar na entrada da linha ou pedir interferência de amigos ou familiares em algum problema. Assim, em primeiro lugar, as rádios têm grande utilidade pública em todos os aspectos e, em segundo lugar, é a manifestação dos valores culturais locais. Não podemos perder esses referenciais porque enriquecem a vida brasileira, a grandeza do País. Isso é muito importante.

Podemos acrescentar outros temas. Nesse final do semestre, estamos concluindo muitos temas, e cada um tem suas ocupações. Mas foi muito importante a reunião para dar início ao processo. A tarefa é imensa e exigirá de todos nós engenho e arte para enfrentar essas temáticas e outras que atingirão nossa subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Quero esclarecer à comissão algumas medidas que, caso sejam permitidas, serão levadas adiante em julho, por intermédio de nossa secretária. Temos de aproveitar o próximo mês para fazer a divulgação intensiva da subcomissão, e a primeira ação seria a inserção de chamadas na **TV Senado** e na **Rádio Senado**. Providenciariamos um encontro com o Fernando Mesquita para estabelecermos a forma como isso seria feito. Essa é a primeira questão que ficaríamos encarregados de fazer. A segunda é verificarmos o serviço 0800, que já existe no Senado. Tudo que estou falando são propostas da secretária que acho importante levarmos adiante e, se for o caso, aprovarmos. Eu acho que devemos aprovar. Esse 0800 é um serviço que já existe no Senado. Então, ele pode, e deve servir, de canal de recebimento das mensagens da Comissão. Portanto, as sugestões, as propostas, as idéias que vamos pedir nós vamos fazer através exatamente do 0800. É a maneira de nós termos o diálogo permanentemente. Daqui a pouco nós estamos fazendo uma ligação entre os trabalhos da Comissão – seminários, palestras, que vamos fazer ali adiante – e esse serviço de comunicação 0800.

A terceira proposta da Secretária, com a qual eu concordo, seria criarmos, por intermédio do Prodasen, uma **home page**, inclusive para a nossa subcomissão, conscientes dos interesses da competência desta Comissão. Começaríamos devagar, mas, com o tempo, teríamos ali uma fonte de orientação, de coordenação, de debate e de propósitos, na qual poderíamos anunciar as propostas, as conferências, as palestras, os projetos internacionais, etc. e tal, dando oportunidade para que as pessoas especializadas nas diversas matérias tivessem uma interligação com esta Comissão, através da Internet.

O estímulo, diz a Secretária, do contato da subcomissão com o público podia ser realizado por meio de perguntas mensais, para que os telespectadores e ouvintes da **TV e Rádio Senado** se manifestassem. No mês de julho, se a **TV Senado** concordar, poderíamos deixar no ar a seguinte pergunta: “O que você acha do nível de programação da televisão brasileira?” É uma pergunta genérica.

O SR. AMIR LANDO - Eu quero manifestar, Sr. Presidente, a minha concordância com essas propostas. Evidentemente, eu só não tentei debatê-las porque me pareceram providências necessárias, absolutamente racionais. Agora manifesto a minha concordância.

O SR. PEDRO SIMON - Muito obrigado. Reparem como é interessante, porque, enquanto a televisão divulga que nós criamos uma subcomissão com essa missão, fazemos uma

pergunta neutra, espontânea, que não tem adjetivação nenhuma, não tem nem inclinação, nem coisa nenhuma. É importante que, no início deste mês de julho, as pessoas fiquem sabendo que nós criamos uma subcomissão que vai ter um longo trabalho, que, por intermédio da qual criaremos a possibilidade de um diálogo com o telespectador através da **TV Senado** e que já estamos preocupados em ouvirmos os telespectadores antes mesmo de começarmos o trabalho.

É bom fazer isso, porque essa primeira opinião, que vier no mês de julho, vem sem nenhuma interferência, não tem nenhum palpite nosso, não tem “ninguém falou nem para o lado de lá nem para o lado de cá”, não tem inclinação do Senador nem do cara que convidamos ou não convidamos; será espontânea. Eu acho que será difícil encontrarmos isso depois, porque depois, quando nós, no mês de setembro, já tivermos tido o debate de fulano, do Senador Amir Lando, eu já tiver me pronunciado, já tivermos convidado o Ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga Filho*, aí haverá uma influência influenciada. Agora não, pelo menos com relação a nós, será uma influência espontânea.

Eu acho que nós devemos colocar sob esse ângulo ao Dr. Fernando Cesar Mesquita*, que é importante fazermos isso neste mês para não parecer que recém instalamos e já queremos atingir o nosso objetivo. Não se trata disso, é por causa desse aspecto. Entendo que nós só vamos ter essa chance de ter uma resposta do telespectador, porque a pergunta, reparem, é absolutamente neutra: o que você acha da programação da televisão brasileira? Ponto. E o cara vai dizer o que acha: se é boa, ruim, se acha isso, aquilo, não-sei-quê. Nós nem vamos induzir pergunta: “Ela tem isso, tem muito crime, é isso, ela podia ser melhor, ela podia ser pior?” Não, será uma pergunta absolutamente neutra. E mais então, o fato de termos o contato da Secretária com a universidade, nosso querido Secretário aqui diz, inclusive, aqui está aquela moça competente, capaz – a televisão não está ligada senão eu dizia bonita, mas agora eu já disse. São três estagiárias que estão aqui exatamente na Comissão. Eu acho que nós poderíamos – e o Secretário me mostrou o artigo do Regimento que nos respalda, a subcomissão tem os direitos da Comissão...

O SR. AMIR LANDO - Art. 89.

O SR. PEDRO SIMON - ... tem o direito de fazer a requisição, *“solicitar, em virtude de deliberação da comissão, os serviços de funcionários técnicos, para estudo de determinado trabalho, sem prejuízo das suas atividades nas repartições a que pertencem.”

Então, se concordarem, baseado nesse artigo do Regimento, nós também já aprovamos a solicitação desse tipo de questão.

Tudo o que tinha a dizer eu já disse. Querem dizer mais alguma, que porventura eu tenha me esquecido? Sério mesmo: queres ou não? Só para dizer que tu fizeste isto aqui! Estou apenas repetindo. Querem ou não? Foi tudo esclarecido? (Pausa)

Então, vamos ao trabalho. A minha parte eu fiz, o resto é teu agora.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h49min.)